

InterCement Brasil S.A. e Controladas

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
InterCement Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



João Rafael Belo de Araujo Filho
Contador
CRC nº 1 SP 246752/O-6

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013			31.12.2014	31.12.2013		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	640.387	904.911	740.275	1.067.958	Fornecedores		236.638	187.269	548.963	485.798
Títulos e valores mobiliários	5	236.572	145.799	236.869	146.013	Debêntures	13	-	-	2.135	2.151
Contas a receber de clientes	6	198.746	271.690	343.405	393.206	Empréstimos e financiamentos	12	188.800	49.731	509.587	296.936
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(24.415)	(14.454)	(29.399)	(21.645)	Juros a pagar	12 e 13	165.296	137.712	196.371	155.438
Estoques	7	596.647	523.224	922.591	787.922	Impostos e obrigações a pagar		87.155	107.961	114.099	144.370
Impostos a recuperar	8	150.835	74.688	154.298	76.773	Salários e encargos sociais		65.167	61.755	139.217	114.504
Outros créditos		164.833	79.437	186.335	94.227	Dividendos e juros sobre o capital próprio	17	591	10.879	2.009	12.647
Total do ativo circulante		<u>1.963.605</u>	<u>1.985.295</u>	<u>2.554.374</u>	<u>2.544.454</u>	Adiantamentos de clientes		9.231	9.738	24.322	24.794
						Partes relacionadas	17	435.722	154.428	347.667	60.843
ATIVO NÃO CIRCULANTE						Outras obrigações		81.574	110.061	78.263	107.694
Títulos e valores mobiliários	5	5.469	13.061	8.274	15.787	Total do passivo circulante		<u>1.270.174</u>	<u>829.534</u>	<u>1.962.633</u>	<u>1.405.175</u>
Contas a receber de clientes	6	342	553	360	678	PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Estoques	7	16.314	40.209	48.505	70.266	Debêntures	13	2.693.954	2.692.378	2.695.503	2.695.990
Impostos a recuperar	8	44.105	111.529	75.912	136.629	Empréstimos e financiamentos	12	251.965	713.623	873.509	1.386.225
Depósitos judiciais		49.411	44.769	49.411	44.769	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	46.948	49.582	61.885	65.051
Dividendos a receber	17	15.688	105.306	-	-	Provisão para reconstituição ambiental	15	62.736	61.464	79.557	80.499
Outros créditos		27.085	18.502	79.326	61.483	Impostos e obrigações a pagar		22.304	23.072	23.533	24.729
Investimentos:						Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	304.218	296.523	377.868	376.759
Em controladas	9	1.349.997	1.273.547	-	-	Outras obrigações		7.174	13.666	55.357	68.823
Em operações controladas em conjunto	9	64.348	62.121	6.568	7.942	Total do passivo não circulante		<u>3.389.299</u>	<u>3.850.308</u>	<u>4.167.212</u>	<u>4.698.076</u>
Outros	9	408	415	11.761	13.277	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	10	3.206.167	2.993.169	4.463.089	4.224.478	Capital social	18	2.123.522	2.109.017	2.123.522	2.109.017
Intangível:						Reserva de capital		57.707	57.707	57.707	57.707
Ágio	11	301.312	301.312	1.279.377	1.281.038	Reservas de lucros		449.262	318.203	449.262	318.203
Outros intangíveis	11	162.321	158.110	181.549	179.001	Ajustes de avaliação patrimonial		(83.392)	(56.871)	(83.392)	(56.871)
Total do ativo não circulante		<u>5.242.967</u>	<u>5.122.603</u>	<u>6.204.132</u>	<u>6.035.348</u>	Lucros acumulados		-	-	-	-
						Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		2.547.099	2.428.056	2.547.099	2.428.056
TOTAL DO ATIVO		<u>7.206.572</u>	<u>7.107.898</u>	<u>8.758.506</u>	<u>8.579.802</u>	Participação não controladora		-	-	81.562	48.495
						Total do patrimônio líquido		2.547.099	2.428.056	2.628.661	2.476.551
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>7.206.572</u>	<u>7.107.898</u>	<u>8.758.506</u>	<u>8.579.802</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
RECEITA LÍQUIDA	20	3.651.414	3.395.156	5.517.712	5.258.109
CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS	21	(2.776.351)	(2.482.837)	(4.173.136)	(3.861.584)
LUCRO BRUTO		<u>875.063</u>	<u>912.319</u>	<u>1.344.576</u>	<u>1.396.525</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas administrativas e comerciais	21	(218.675)	(139.223)	(345.709)	(274.756)
Equivalência patrimonial	7	76.233	37.604	205	(54)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	57.975	91.884	56.808	41.326
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>790.596</u>	<u>902.584</u>	<u>1.055.880</u>	<u>1.163.041</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Variação cambial	22	(29.398)	(82.274)	(13.435)	(146.911)
Receitas financeiras	22	195.968	169.951	202.508	184.316
Despesas financeiras	22	(495.256)	(370.702)	(741.903)	(513.752)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>461.910</u>	<u>619.559</u>	<u>503.050</u>	<u>686.694</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	19	(30.492)	(39.511)	(62.859)	(96.262)
Diferidos	19	(7.694)	(116.120)	(10.182)	(123.161)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>423.724</u>	<u>463.928</u>	<u>430.009</u>	<u>467.271</u>
LUCRO ATRIBUÍDO A					
Participação controladora		423.724	463.928	423.724	463.928
Participação não controladora		-	-	6.285	3.343
LUCRO POR AÇÃO					
Básico/diluído por ação ON - R\$	24	<u>107.462,34</u>	<u>126.790,93</u>	<u>107.462,34</u>	<u>126.790,93</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	423.724	463.928	430.009	467.271
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Item que será reclassificado subsequentemente para o resultado:				
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	(13.074)	(29.251)	(7.461)	(29.718)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>410.650</u>	<u>434.677</u>	<u>422.548</u>	<u>437.553</u>
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL A				
Participação controladora	410.650	434.677	410.650	434.677
Participação não controladora	-	-	11.898	2.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
				Legal	Incentivos fiscais	Investimentos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		1.075.191	53.660	113.588	48.073	149.835	(1.875)	-	1.438.472	43.742	1.482.214
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	463.928	463.928	3.343	467.271
Ganhos com alienação de participação em controlada		-	4.047	-	-	-	-	-	4.047	3.513	7.560
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(29.251)	-	(29.251)	(467)	(29.718)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	-	(25.745)	25.745	-	-	-
Aumento de capital pela incorporação da CIMPOR		1.017.596	-	-	-	-	-	-	1.017.596	-	1.017.596
Aumento de capital em 26 de abril de 2013		16.230	-	-	(16.230)	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos de anos anteriores		-	-	-	-	(148.370)	-	-	(148.370)	(1.636)	(150.000)
Dividendos antecipados		-	-	-	-	-	(200.000)	-	(200.000)	-	(200.000)
Pagamentos de juros sobre o capital próprio antecipados		-	-	-	-	-	(118.366)	-	(118.366)	-	(118.366)
Destinação:											
Constituição de reserva legal		-	-	24.484	-	-	-	(24.484)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	52.311	-	-	-	52.311	-	52.311
Constituição de reserva para investimento		-	-	-	-	94.512	-	(146.823)	(52.311)	-	(52.311)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.109.017	57.707	138.072	84.154	95.977	(56.871)	-	2.428.056	48.495	2.476.551
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	423.724	423.724	6.285	430.009
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(13.074)	-	(13.074)	5.613	(7.461)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	-	(13.447)	13.447	-	-	-
Aumento de capital	18	14.505	-	-	(14.505)	-	-	-	-	21.169	21.169
Distribuição de dividendos de anos anteriores	18	-	-	-	-	(95.977)	-	-	(95.977)	-	(95.977)
Dividendos antecipados	18	-	-	-	-	-	(79.253)	-	(79.253)	-	(79.253)
Juros sobre o capital próprio antecipados	18	-	-	-	-	-	(116.377)	-	(116.377)	-	(116.377)
Destinação:											
Constituição de reserva legal	18	-	-	21.859	-	-	-	(21.859)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	47.970	-	-	(47.970)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento	18	-	-	-	-	171.712	-	(171.712)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		2.123.522	57.707	159.931	117.619	171.712	(83.392)	-	2.547.099	81.562	2.628.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	461.910	619.559	503.050	686.694
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação, amortização e exaustão	228.289	179.974	301.699	244.988
Resultado de equivalência patrimonial	(76.233)	(37.604)	(205)	54
Reversão de provisões para perdas eventuais, líquidas	(7.473)	(33.922)	(8.374)	(31.583)
Juros, encargos provisionados e variações cambiais	403.879	373.703	585.488	553.711
Ganho na venda de ativo imobilizado	(34.456)	(41.090)	(34.456)	(40.056)
Resultado nas operações com derivativos	(4.770)	30.873	(3.528)	30.937
Ganho na participação acionária	-	(2.304)	-	(2.304)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Partes relacionadas	9.457	(14.823)	587	(9.229)
Contas a receber de clientes	71.380	(63.225)	42.358	(94.528)
Estoques	(43.133)	(12.413)	(123.405)	(73.970)
Impostos a recuperar	9.431	(90.199)	2.173	(98.278)
Dividendos recebidos	60.512	114.944	-	-
Outros créditos	(83.949)	(31.776)	(91.977)	(60.956)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Partes relacionadas	20.035	15.275	16.012	40.234
Fornecedores	(69.259)	(56.185)	(38.364)	6.919
Salários e férias a pagar	3.412	9.062	17.904	25.781
Outras obrigações e contas a pagar	66.813	60.976	66.535	15.454
Impostos e obrigações a pagar	(43.892)	4.039	(30.901)	4.100
	971.953	1.024.864	1.204.596	1.197.968
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.039)	(52.317)	(58.385)	(111.157)
Juros pagos	(337.059)	(222.944)	(468.690)	(322.186)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	616.855	749.603	677.521	764.625
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas	(68.938)	(78.951)	(68.991)	(79.159)
Aquisição de imobilizado	(380.065)	(562.651)	(526.303)	(772.021)
Adições ao intangível	(16.267)	(11.696)	(18.954)	(11.931)
Aumento do investimento	(16.471)	(8.632)	(409)	(7.625)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	17.035	10.973	17.035	10.973
Outras atividades de investimento	-	-	-	(1.166)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(464.706)	(650.957)	(597.622)	(860.929)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	-	-	14.349	-
Caixa oriundo das incorporações	-	1.109.456	-	1.109.456
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	17.406	68.910	171.951	750.574
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(366.589)	(157.931)	(521.804)	(610.856)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(284.440)	(562.489)	(292.032)	(562.489)
Partes relacionadas	216.950	(127.327)	232.826	(127.327)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(416.673)	330.619	(394.710)	559.358
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(264.524)	429.265	(314.811)	463.054
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	(12.872)	(8.782)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	904.911	475.646	1.067.958	613.686
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	640.387	904.911	740.275	1.067.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A InterCement Brasil S.A. (“Companhia”) está domiciliada na Avenida Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladoras diretas a Cauê Austria Holding GmbH e a Cimpor Inversiones S.A., com participação no seu capital de 56,78% e 43,22%, respectivamente.

O Grupo InterCement Brasil possui 26 fábricas de cimento (16 localizadas no Brasil, 9 na Argentina e 1 no Paraguai), 51 usinas de concreto (42 localizadas no Brasil e 9 na Argentina), 5 usinas de agregados (4 localizadas no Brasil e 1 na Argentina) e 1 unidade de argamassa (localizada no Brasil).

Em 11 de dezembro de 2013, a Companhia alienou o equivalente a 3% de participação acionária na Yguazu, pelo montante de U\$3.250 mil, equivalente a R\$7.560, ao acionista minoritário. A operação gerou um ganho de R\$4.047, registrado no patrimônio líquido.

Adicionalmente, a Companhia possui participações em ativos de geração de energia elétrica, na modalidade de autoprodutor.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2013, a Companhia aprovou a cisão total da investida Machadinho Energética S.A. (“MAESA”), e a parcela de 6,35% dos ativos e passivos da MAESA foi incorporada à Companhia, com base no laudo de avaliação levantado em 16 de janeiro de 2013. Os principais saldos incorporados estão apresentados resumidamente na proporção da Companhia:

	<u>16.01.2013</u>
Ativo circulante	<u>269</u>
Caixa e equivalentes de caixa	66
Outros	203
Ativo não circulante	<u>37.133</u>
Imobilizado	37.133
Acervo líquido incorporado	<u>37.402</u>

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2013, a controladora da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$1.017.596, mediante a incorporação dos ativos e passivos correspondentes à participação de sua controladora na investida CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A. (“CIMPOR”). Referido aumento de capital foi integralizado pela controladora da CIMPOR, Cimpor Inversiones, S.A., que passou a deter participação direta de 43,22% na Companhia, e diluiu a participação direta da então controladora direta Cauê Austria Holding GmbH na Companhia, que passou de 100% para 56,78%.

A incorporação foi realizada com base em laudo elaborado em 31 de janeiro de 2013. Os principais saldos aportados estão apresentados resumidamente a seguir:

	<u>2013</u>
Ativo circulante	<u>1.409.589</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.109.390
Contas a receber	122.458
Estoques	143.384
Outros	34.357
Ativo não circulante	<u>1.331.594</u>
Aplicações financeiras	10.639
Estoques	17.276
Imobilizado	1.052.171
Intangível	204.211
Outros	47.297
Passivo circulante	<u>278.783</u>
Fornecedores	88.931
Empréstimos	14.202
Partes relacionadas	100.000
Outros	75.650
Passivo não circulante	<u>1.444.804</u>
Empréstimos	1.222.633
Partes relacionadas	125.103
Provisões para riscos	30.156
Impostos diferidos	45.767
Outros	21.145
Acervo líquido incorporado	<u><u>1.017.596</u></u>

Consolidação

As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e operações em conjunto:

	2014		2013	
	Participação - %		Participação - %	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Controladas:				
Cauê Finance Limited	100,00	-	100,00	-
CCCimentos Participações Ltda.	99,82	-	98,99	-
Companhia Camargo Corrêa Energia	99,99	0,01	99,99	0,01
Transviária Logística e Transportes Ltda.	98,56	1,44	98,56	1,44
InterCement Portugal, SGPS, Lda. (*)	-	-	100,00	-
Holdtotal S.A.	89,00	10,98	97,00	2,97
Loma Negra C.I.A. S.A.	23,08	73,38	24,18	73,38
Betel S.A.	-	96,47	-	97,56
Cofesur S.A.	-	94,20	-	85,52
Compañia Argentina de Cemento Portland S.A.	-	96,47	-	97,56
La Preferida de Olavarría S.A.	-	96,47	-	97,56
Recycomb S.A.	-	96,47	-	97,56
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.	98,75	1,25	-	-
Inversiones Rios Primeira Limitada	99,99	-	99,99	-
Yguazu Cements S.A.	32,00	33,76	32,00	30,57
Operação em conjunto-				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	-	9,00	-
Consórcios:				
Consórcio Estreito Energia - CESTE	4,44	-	4,44	-
Consórcio Machadinho	5,28	-	5,28	-

(*) Em 30 de outubro de 2014, os acionistas da controlada Intercement Portugal SGPS S.A aprovaram a dissolução da Sociedade, e a devolução do capital social será realizado no início de 2015.

A controlada Cauê Finance Limited (“Cauê Finance”) é considerada uma extensão das operações da Companhia e, conseqüentemente, sua moeda funcional é a moeda brasileira, a moeda funcional da Companhia.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu a alteração IAS 27 - “Equity Method in Separate Financial Statements”, equivalente ao CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas, permitindo a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A participação em consórcios e operações em conjunto (“joint operation”) são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia, na proporção do percentual de participação.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operadas em conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição e até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de acionistas não controladores, mesmo se resultar em montante negativo.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

2.4. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo seu valor justo, que é a soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia com os antigos controladores da adquirida e das participações societárias emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida, na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, exceto por limitadas exceções previstas na IFRS 3, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo.

O ágio é o resultado positivo da soma do valor justo da combinação de negócios, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, deduzida dos valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da operação valorizados a valor justo. Se o resultado dessas operações não resultar positivo, o valor apurado é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras, que correspondam a participações atuais e confirmam a seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade, no caso de liquidação, poderá ser inicialmente mensurada pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras, nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outras IFRSs e pronunciamentos contábeis (“CPCs”).

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no fim de cada exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização está incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (conforme mencionado anteriormente) ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais e demonstrado como um ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição é imediatamente reconhecido no resultado.

2.5. Participações em empreendimentos em conjunto (“joint ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual uma empresa e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a um controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, estratégicas e operacionais relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos das investidas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme este método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas. Quando a parcela da Companhia em prejuízo de uma investida excede a participação do Grupo naquela investida, a Companhia deixa de reconhecer sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver responsabilidade legal sobre as obrigações da coligada.

Quando uma empresa realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto não relacionada à Companhia.

2.6. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se beneficiam das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou prejuízo da alienação.

2.7. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador.

2.7.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- São transferidos para comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.

- Não há envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.7.2. Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviço de concretagem é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato.

2.8. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os arrendamentos financeiros são registrados como compra financiada, sendo reconhecido, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais e seu custo é reconhecido como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

2.9. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período superior a três meses para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou para a venda.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.10. Transações em moeda estrangeira e moeda funcional

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos, com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações das controladas no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada exercício. Os resultados e outras transações que afetaram o patrimônio dessas operações no exterior são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são registrados na moeda funcional da investida, somente para aquisições ocorridas após a data de transição para as IFRSs. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

O ágio referente às aquisições de investimentos no exterior, reconhecidas antes da data de transição para as IFRSs, foi mantido na moeda funcional da Companhia.

2.11. Subvenções governamentais

Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

2.12. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção e apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos gastos necessários para realizar a venda.

A provisão para obsolescência é constituída com base em análise das perdas históricas e avaliação dos saldos com risco de realização.

2.13. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizados agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

2.14. Ativos intangíveis

2.14.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.14.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

2.15. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.16. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

2.17. Reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas

Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.

Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o desmantelamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados à medida da depreciação dos ativos.

A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões constituídas.

2.18. Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA") possui uma concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

A vigência do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001.

O contrato de concessão também estabelece que um montante seja pago pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

2.19. Tributação

2.19.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

2.19.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciem a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ou seja, se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial for parte de carteira de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

(b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) empréstimos e recebíveis.

(d) Empréstimos e recebíveis

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis.

Os investimentos mantidos até vencimento e os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, sendo a despesa financeira reconhecida com base na remuneração efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

2.21. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, contabilizados pelo método de custo amortizado.

2.22. Juros sobre o capital próprio

São demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

2.23. Novas e revisadas normas e interpretações (IFRS)

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos- Contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado	(a)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes	(c)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hedge</i>	(d)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014.

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

(c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

(d) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB pelo IASB e IFRIC, listados as seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos	Aborda sobre quando reconhecer uma obrigação relativa a tributos	(a)
Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros compensação de ativos e passivos financeiros	Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
Alterações à IAS 36 - Divulgações do valor recuperável de ativos não financeiros	Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC	(a)
Alterações à IAS 39 - Instrumentos financeiros: novação de derivativos e continuação da contabilização do "hedge"	Trazem a injeção da exigência de descontinuidade da contabilização de <i>hedge</i> quando um derivativo, designado como instrumento de <i>hedge</i> , é novado sob determinadas circunstâncias	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.1. Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 11.

3.2. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajuste a valor presente de contas a receber e a pagar, provisão para perdas e obsolescência de estoques, provisão para reconstituição ambiental, desmantelamento de fábricas e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques anualmente.

3.3. Ativos imobilizados e intangíveis

A Companhia e suas controladas revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente, no fim de cada exercício. A estimativa de vida útil é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edificações e outras construções	3 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 50 anos
Veículos	2 a 16 anos
Móveis e utensílios	9 a 33 anos
Minas e jazidas	(*)
Reservatório, barragens e adutoras	49 a 50 anos
Fornos, moinhos e silos	30 a 53 anos
Direito de uso de software	5 anos

(*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	43.768	71.619	73.636	127.009
Aplicações financeiras	<u>596.619</u>	<u>833.292</u>	<u>666.639</u>	<u>940.949</u>
Total	<u>640.387</u>	<u>904.911</u>	<u>740.275</u>	<u>1.067.958</u>

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	464	2.265	2.185	5.503
Fundos exclusivos (a):				
Notas do Tesouro Nacional - NTNs "over"	-	295.077	-	295.511
Letras do Tesouro Nacional - LTNs "over"	157.720	37.372	157.918	37.427
Letras do Tesouro Nacional - LTFs	69.101	160.300	69.187	160.536
CDBs	823	20.539	824	20.569
Fundos de renda fixa	368.511	310.117	368.973	310.573
Letra financeira	-	7.622	-	7.633
Aplicações financeiras em moeda estrangeira (b):				
Em pesos argentinos	-	-	54.491	96.545
Em dólares norte-americanos	-	-	12.995	6.277
Outros	-	-	66	375
Total	<u>596.619</u>	<u>833.292</u>	<u>666.639</u>	<u>940.949</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações em fundos exclusivos renderam em média de 100% a 112,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100% a 108,5% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

(b) Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações em pesos argentinos renderam em média de 15,7% a 23% ao ano (11,3% a 21,43% ao ano em 31 de dezembro de 2013) e as aplicações em dólares norte-americanos 0,1% ao ano (0,1% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e são representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Títulos e valores imobiliários	236.572	145.799	239.674	148.739
Depósito em garantia (*)	<u>5.469</u>	<u>13.061</u>	<u>5.469</u>	<u>13.061</u>
Total	<u>242.041</u>	<u>158.860</u>	<u>245.143</u>	<u>161.800</u>
Total - classificado no circulante	236.572	145.799	236.869	146.013
Total - classificado no não circulante	5.469	13.061	8.274	15.787

(*) A Companhia efetua compulsoriamente depósitos a título de garantia, em decorrência da postergação parcial do saldo de Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS para o Estado de Goiás.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Clientes dos mercados interno e externo	199.088	272.243	343.765	393.884
Classificadas no não circulante	<u>(342)</u>	<u>(553)</u>	<u>(360)</u>	<u>(678)</u>
Classificadas no circulante	<u>198.746</u>	<u>271.690</u>	<u>343.405</u>	<u>393.206</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(24.415)</u>	<u>(14.454)</u>	<u>(29.399)</u>	<u>(21.645)</u>
Total líquido no circulante	<u>174.331</u>	<u>257.236</u>	<u>314.006</u>	<u>371.561</u>

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber vencidas há mais de 181 dias, e a controlada Loma Negra constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos valores irrecuperáveis estimados ou determinados em experiências de inadimplência e na análise da situação financeira atual de cada devedor, considerando, inclusive, as garantias prestadas por tais devedores.

Composição das contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
A vencer	147.229	241.273	236.408	325.124
Vencidos:				
0 a 30 dias	20.555	8.544	58.897	27.592
31 a 60 dias	2.493	2.857	7.926	7.613
61 a 90 dias	3.422	1.105	5.184	4.515
91 a 180 dias	2.001	2.470	12.152	12.778
181 dias ou mais	<u>23.388</u>	<u>15.994</u>	<u>23.198</u>	<u>16.262</u>
Total	<u>199.088</u>	<u>272.243</u>	<u>343.765</u>	<u>393.884</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo no início do exercício	14.454	14.561	21.645	24.140
Constituições	9.961	3.466	9.961	3.466
Montantes baixados no exercício				
como incobráveis	-	(12.390)	(1.361)	(13.475)
Ganho ou perda de variação cambial	-	-	(846)	(1.303)
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	-	<u>8.817</u>	-	<u>8.817</u>
Saldo no fim do exercício	<u>24.415</u>	<u>14.454</u>	<u>29.399</u>	<u>21.645</u>

(*) Refere-se à parcela de créditos de liquidação duvidosa dos ativos identificáveis decorrentes da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Circulante:				
Produtos acabados	68.544	70.010	107.967	106.167
Produtos em elaboração	108.129	98.540	164.748	145.337
Matéria-prima	137.237	105.900	201.517	168.928
Combustíveis	84.944	83.464	142.057	117.441
Almoxarifado	175.067	155.234	252.216	225.237
Adiantamento a fornecedores	18.117	13.454	18.117	13.454
Estoque em trânsito	-	-	30.869	14.605
Embalagem e outros	6.888	6.521	7.379	6.652
Provisão para perdas	(2.552)	(9.899)	(2.552)	(9.899)
Outros	273	-	274	-
Total	<u>596.647</u>	<u>523.224</u>	<u>922.591</u>	<u>787.922</u>
Não circulante:				
Matérias-primas	1	251	1	251
Almoxarifado	-	22.442	35.669	56.441
Provisão para perdas	-	-	(3.478)	(3.942)
Adiantamentos a fornecedores (*)	<u>16.313</u>	<u>17.516</u>	<u>16.313</u>	<u>17.516</u>
Total	<u>16.314</u>	<u>40.209</u>	<u>48.505</u>	<u>70.266</u>

(*) Representados substancialmente por contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário de escória e carvão mineral com vigência até 10 de outubro de 2023, com previsão de utilização anual linear (R\$3.461 por ano) durante os anos 2011 a 2023.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	22.666	489	29.822	8.642
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	68.662	70.529	68.663	70.529
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	62.360	79.434	62.532	79.491
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	4.271	5.293	4.302	5.310
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	34.191	27.182	34.191	27.182
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	27.659	18.288
Impostos antecipados e outros	<u>2.790</u>	<u>3.290</u>	<u>3.041</u>	<u>3.960</u>
Total	<u>194.940</u>	<u>186.217</u>	<u>230.210</u>	<u>213.402</u>
Classificados no circulante	150.835	74.688	154.298	76.773
Classificados no não circulante	44.105	111.529	75.912	136.629

9. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Participação no capital social - %		Ações/cotas possuídas		Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado		Resultado do exercício ajustado		Ajuste de avaliação patrimonial (a)		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo dos investimentos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Controladas:														
Holdtotal S.A.	89,00	97,00	46.366.327	50.534.087	238.558	198.942	51.052	27.986	(13.155)	(24.234)	46.376	27.147	212.317	192.974
Loma Negra C.I.A. S.A. (b) e (g)	23,08	24,18	12.600.582	12.209.809	324.658	269.451	69.977	39.220	(7.931)	(7.943)	16.034	9.428	1.040.505	1.030.720
InterCement Portugal SGPS S.A (f)	-	-	550	-	33	-	(81)	-	99	-	(81)	-	33	-
CCCimentos Participações Ltda. (c)	99,82	98,99	1	1	30.820	10.241	4.421	88	1.776	(831)	4.413	87	30.765	10.137
CCCE - Companhia Camargo														
Corrêa Energia	100,00	100,00	5.948.232	5.948.232	754	708	45	79	-	-	45	79	754	708
Yguazu Cimentos S.A. (d) e (i)	32,00	32,00	4.947	4.947	202.813	118.553	19.446	(674)	6.213	2.314	6.223	(457)	64.900	37.937
Transviária Logística e Transportes Ltda.	98,56	98,56	6.909.000	6.909.000	730	1.081	(351)	(29)	-	91	(347)	(28)	723	1.071
									<u>(12.998)</u>	<u>(30.603)</u>	<u>72.663</u>	<u>36.256</u>	<u>1.349.997</u>	<u>1.273.547</u>
Operações em conjunto:														
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	9,00	35.854.290	35.854.290	641.997	601.987	40.009	16.083	-	-	3.601	1.447	57.780	54.179
CCEscem Cement (e)	50,10	50,10	9.018	9.018	13.110	15.852	(47)	(88)	(76)	1.313	(24)	(44)	6.568	7.942
									<u>(76)</u>	<u>1.313</u>	<u>3.577</u>	<u>1.403</u>	<u>64.348</u>	<u>62.121</u>
Outros investimentos:														
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	50,00	50,00	350.000	350.000	737	750	(13)	(6)	-	-	(7)	(2)	368	375
Companhia de Mineração Candiota	48,00	48,00	480.000	480.000	84	84	-	-	-	-	-	(8)	40	40
									<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>(10)</u>	<u>408</u>	<u>415</u>
Provisão para perdas em controladas (h):														
InterCement Portugal SGPS S.A (f)	-	100,00	-	550	-	(960)	-	(26)	-	39	-	(37)	-	(960)
Inversiones Rios Primera	99,90	99,90	99.900	99.900	(7)	(7)	-	(3)	-	-	-	(8)	(7)	(7)
									<u>-</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>(45)</u>	<u>(7)</u>	<u>(967)</u>
Total									<u>(13.074)</u>	<u>(29.251)</u>	<u>76.233</u>	<u>37.604</u>	<u>1.414.746</u>	<u>1.335.116</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

- (a) Representado, substancialmente, por variação cambial dos investimentos no exterior.
- (b) Em 20 de maio de 2014, a Companhia adquiriu 390.773 ações de emissão de sua controlada Loma Negra C.I.A. S.A., equivalentes a 0,72% de participação, pertencentes à sua controladora Camargo Corrêa S.A., pelo valor de R\$1.681, correspondente ao valor patrimonial das referidas ações. A Companhia possui também de forma indireta através da Holdtotal S.A. a participação de 64,99% do capital da Loma Negra C.I.A. S.A.
- (c) Em 28 de janeiro de 2014, a Companhia realizou aumento de capital em sua controlada CCCimentos Participações Ltda. no valor de R\$ 560. E, em 20 de maio de 2014, a Companhia também, realizou aumento de capital em sua controlada CCCimentos Participações Ltda., no valor de R\$13.879, mediante a conferência de 4.167.760 ações de sua controlada Holdtotal S.A. Referida operação foi realizada com base no valor patrimonial das ações.
- (d) Em 15 de julho de 2014, a Companhia realizou aumento de capital em sua controlada Yguazu Cimentos S.A., no valor de R\$14.528.
- (e) Em 28 de julho de 2014, a Companhia reduziu o capital social de sua controlada CCEscm Cement no valor de R\$1.274.
- (f) Em 6 de agosto de 2014, a Companhia realizou aumento de capital em sua controlada Intercement Portugal SGPS S.A., no valor de R\$974. Em 30 de outubro de 2014, os acionistas da controlada Intercement Portugal SGPS S.A aprovaram a dissolução da Sociedade, e a devolução do capital social será realizado no início de 2015.
- (g) Parte do saldo no valor de R\$965.584 refere-se ao ágio pago na aquisição dessa empresa, que foi parcialmente amortizado pela taxa anual de 12,5% até 31 de dezembro de 2008. Esse ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, a amortização desse ágio cessou. O resultado da última análise, efetuada para o exercício findo de 31 de dezembro de 2014, indicou que o valor recuperável das unidades geradoras de caixa correspondentes ao ágio supera o valor registrado desses ativos.
- (h) Investimento reclassificado para outras obrigações no passivo não circulante.
- (i) A Companhia possui também de forma indireta através da Loma Negra e da Holdtotal S.A. a participação de 33,76% do capital da Yguazu Cimentos S.A.

As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são como segue:

Holdtotal S.A. e Loma Negra C.I.A. S.A.: controladas sediadas na Argentina com o objetivo de produzir e comercializar cimentos e seus derivados, bem como participar e investir em outras companhias. Detêm, indiretamente, 80% de participação societária na companhia Ferrosur Roca S.A.

Ferrosur Roca S.A.: administra ferrovias na Argentina, interligando as principais fábricas da Loma Negra. A concessão atual tem vigência até 2023, podendo ser ampliada em mais dez anos.

Yguazu Cimentos S.A.: é uma companhia paraguaia que opera na fabricação, moagem, importação e comercialização de cimento.

BAESA - Energética Barra Grande S.A.: tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande (“UHE Barra Grande”) e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A Companhia adota o método de equivalência patrimonial para essa operação em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas.

Camargo Corrêa Escm Cement B.V.: companhia holandesa que tem como objetivo participar, investir e gerenciar outras companhias. Atualmente possui investimento na companhia Palanca Cimentos em Angola.

InterCement Portugal, SGPS, Lda.: companhia portuguesa que tem como objetivo participar, investir e gerenciar outras companhias.

Transviária Logística e Transportes Ltda.: companhia brasileira constituída em 1º de abril de 2013 com o objetivo de realizar transportes de cargas e soluções logísticas.

Neogera Investimentos em Inovação Ltda.: sociedade brasileira constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de conduzir e investir em projetos de inovação.

A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.533.060
Aumento de capital	10.322
Redução de capital	(3.985)
Equivalência patrimonial	37.604
Ajuste de avaliação patrimonial	(29.251)
Dividendos	(177.961)
Incorporação da MAESA	(37.133)
Outras transações	<u>2.460</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.335.116
Aumento/redução de capital	16.471
Equivalência patrimonial	76.233
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>(13.074)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u><u>1.414.746</u></u>

10. IMOBILIZADO

	<u>Controladora</u>		
	<u>2014</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor residual</u>
Terrenos	156.109	(1.144)	154.965
Edifícios	1.458.249	(666.367)	791.882
Máquinas e equipamentos	2.594.364	(1.526.208)	1.068.156
Veículos	153.772	(104.815)	48.957
Móveis e utensílios	20.121	(13.812)	6.309
Minas e jazidas	98.983	(34.306)	64.677
Reservatório, barragens e adutoras	172.249	(27.003)	145.246
Outros	27.621	(4.206)	23.415
Peças de reposição	19.966	-	19.966
Adiantamento a fornecedores	350.102	-	350.102
Imobilizado em andamento (*)	<u>532.492</u>	<u>-</u>	<u>532.492</u>
Total	<u><u>5.584.028</u></u>	<u><u>(2.377.861)</u></u>	<u><u>3.206.167</u></u>

Controladora			
2013			
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	157.325	(731)	156.594
Edifícios	1.397.723	(625.983)	771.740
Máquinas e equipamentos	2.392.659	(1.377.706)	1.014.953
Veículos	175.748	(111.232)	64.516
Móveis e utensílios	19.686	(12.369)	7.317
Minas e jazidas	67.799	(15.780)	52.019
Reservatório, barragens e adutoras	172.058	(20.502)	151.556
Outros	31.033	(3.073)	27.960
Peças de reposição	4.844	-	4.844
Adiantamento a fornecedores	178.100	-	178.100
Imobilizado em andamento (*)	<u>563.570</u>	<u>-</u>	<u>563.570</u>
Total	<u>5.160.545</u>	<u>(2.167.376)</u>	<u>2.993.169</u>
Consolidado			
2014			
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	169.625	(2.181)	167.444
Edifícios	1.933.834	(928.273)	1.005.561
Máquinas e equipamentos	3.625.858	(1.854.670)	1.771.188
Veículos	293.310	(171.368)	121.942
Móveis e utensílios	58.689	(47.003)	11.686
Minas e jazidas	239.846	(91.260)	148.586
Reservatório, barragens e adutoras	257.592	(50.976)	206.616
Outros	44.699	(14.312)	30.387
Peças de reposição	29.370	-	29.370
Adiantamento a fornecedores	350.102	-	350.102
Imobilizado em andamento (*)	<u>620.207</u>	<u>-</u>	<u>620.207</u>
Total	<u>7.623.132</u>	<u>(3.160.043)</u>	<u>4.463.089</u>
Consolidado			
2013			
	Custo	Depreciação	Valor Residual
Terrenos	172.062	(1.646)	170.416
Edifícios	1.924.217	(909.047)	1.015.170
Máquinas e equipamentos	3.079.487	(1.717.522)	1.361.965
Veículos	323.110	(176.431)	146.679
Móveis e utensílios	61.694	(47.180)	14.514
Minas e jazidas	189.914	(56.829)	133.085
Reservatório, barragens e adutoras	257.401	(41.372)	216.029
Outros	47.773	(11.862)	35.911
Peças de reposição	16.847	-	16.847
Adiantamento a fornecedores	294.763	-	294.763
Imobilizado em andamento (*)	<u>819.099</u>	<u>-</u>	<u>819.099</u>
Total	<u>7.186.367</u>	<u>(2.961.889)</u>	<u>4.224.478</u>

(*) Na controladora, os saldos referem-se substancialmente à expansão das unidades de Cezarina, no montante de R\$73.433, e à construção da unidade de Caxitu, no montante de R\$298.128, no Estado da Paraíba, bem como a melhorias no processo produtivo, para a plena utilização da capacidade das unidades existentes. A modernização das fábricas está sendo financiada com recursos oriundos do contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. O consolidado inclui, ainda, investimentos na expansão e modernização, principalmente, das plantas de Catamarca, L'Amali, Olavarría e Lomaser, da controlada Holdtotal S.A. e de suas controladas, no montante de R\$85.139.

A Companhia capitalizou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, encargos financeiros no montante de R\$22.722 (R\$9.084 em 2013), na rubrica “Imobilizado em andamento”.

De acordo com o Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados à UHE Barra Grande, inclusive terrenos, registrados na companhia operada em conjunto BAESA, no montante aproximado de R\$92.515, considerando a participação da Companhia naqueles ativos, depreciados linearmente pelo prazo de concessão, passarão ao final da concessão em 2036 a integrar o patrimônio da União.

Nas rubricas “Máquinas e equipamentos” e “Veículos” existem, em 31 de dezembro de 2014, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto localizadas nos Estados de São Paulo e Pernambuco, por meio de contratos de financiamento (FINAME), que são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original corresponde a 90% do valor total dos bens e, em 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12, o saldo a pagar é de R\$25.931 (FINAME).

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.510.238	2.714.324
Adições	578.360	787.730
Baixas	(4.236)	(5.109)
Depreciações	(180.497)	(245.068)
Efeito de mudança de taxas de câmbio sobre investimentos no exterior (a)	-	(116.703)
Incorporação da MAESA/CIMPOR (b)	<u>1.089.304</u>	<u>1.089.304</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>2.993.169</u>	<u>4.224.478</u>
Adições	412.638	558.876
Baixas	(23.888)	(23.433)
Depreciações	(228.108)	(301.074)
Efeito de mudança de taxas de câmbio sobre investimentos no exterior (a)	<u>52.356</u>	<u>4.242</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>3.206.167</u>	<u>4.463.089</u>

(a) Na controladora, refere-se à variação cambial sobre os adiantamentos para compra de imobilizado no exterior. No consolidado refere-se principalmente ao efeito da tradução de demonstrações financeiras para a moeda funcional da Companhia, entre o início e o fim do exercício, sobre ativos da controlada Holdtotal S.A. e suas controladas e da controlada Yguazu.

- (b) Refere-se à parcela de imobilizado do acervo líquido decorrente da incorporação da MAESA e da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

11. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Direitos de exploração de minas	114.797	115.045	114.797	115.045
Bens vinculados à concessão	5.801	6.133	24.962	27.024
Direitos de uso de software	10.050	11.579	10.117	11.579
Gastos com desenvolvimento de projetos	22.452	8.262	22.452	8.262
Marcas e patentes e outros	9.221	17.091	9.221	17.091
	<u>162.321</u>	<u>158.110</u>	<u>181.549</u>	<u>179.001</u>
Ágio:				
Loma Negra C.I.A. S.A. (a)	-	-	965.584	965.584
CBC - Companhia Brasileira de Cimentos (b)	102.633	102.633	102.633	102.633
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	14.882	14.882	14.882	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (b)	75.801	75.801	75.801	75.801
Incorporação da Goiás (c)	16.361	16.361	16.361	16.361
Incorporação da Cimento Brumado (c)	59.983	59.983	59.983	59.983
Aquisição de centrais de concreto (c)	8.794	8.794	8.794	8.794
Cofesur S.A.	-	-	6.009	6.808
Recycomb S.A.	-	-	912	1.033
La Preferida de Olavarría S.A.	-	-	5.560	6.301
Outros	22.858	22.858	22.858	22.858
	<u>301.312</u>	<u>301.312</u>	<u>1.279.377</u>	<u>1.281.038</u>
Total	<u>463.633</u>	<u>459.422</u>	<u>1.460.926</u>	<u>1.460.039</u>

- (a) Refere-se a ágio total pago, podendo ser segregado por atividade, sendo R\$909.580 referentes a cimento e seus derivados (Loma Negra) e R\$56.004 referentes à concessão ferroviária (Ferrofur), os quais foram amortizados pelas taxas de 12,5% ao ano até 31 de dezembro de 2008.
- (b) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas companhias, que já foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008 e têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura.
- (c) Referem-se à parcela de ágio do acervo líquido decorrente da incorporação da CIMPOR.

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração da Companhia, sendo que os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados na perpetuidade.

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	253.016	1.263.561
Adições	11.696	11.931
Baixas	(176)	(5.978)
Amortizações	(9.325)	(9.768)
Variação cambial	-	(3.918)
Incorporação da CIMPOR (*)	<u>204.211</u>	<u>204.211</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	459.422	1.460.039
Adições	16.267	16.334
Amortizações	(12.056)	(12.499)
Variação cambial	-	(2.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>463.633</u>	<u>1.460.926</u>

(*) Refere-se ao ágio e à parcela de intangível dos ativos identificáveis decorrentes da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1. Controladora

<u>Modalidade/Instituição financeira</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Moeda estrangeira - dólares norte-americanos (US\$):				
“Medium-term notes” (a)	Prefixada	Julho de 2015	120.262	106.091
Banco Itaú BBA S.A. (e)	LIBOR mais prefixada	Julho de 2016	-	308.860
BNDES (a)	Prefixada mais variável (*)	Outubro de 2015	<u>3.161</u>	<u>6.131</u>
			<u>123.423</u>	<u>421.082</u>
Moeda nacional:				
Pró-Invest (c)	IPCA mais prefixada	Fevereiro de 2015	232	1.522
Banco do Brasil S.A. (g)	Prefixada	Dezembro de 2024	79.741	66.738
Nota de crédito (f)	Percentual do CDI	Fevereiro de 2015	41.820	42.170
FINAME (b)	TJLP mais prefixada	Junho de 2018 a novembro de 2023	25.931	19.494
BNDES (a)	TJLP mais prefixada ou variável (*)	Agosto de 2015 a junho de 2018	20.641	48.974
BNDES (d)	TJLP mais prefixada	Setembro de 2029	143.059	152.730
Incentivo Fomentar	Prefixada	Dezembro de 2020	1.330	9.676
Itaú BBA - Fomentar	Prefixada	Dezembro de 2022	<u>16.520</u>	<u>16.776</u>
			<u>329.274</u>	<u>358.082</u>
Total			<u>452.697</u>	<u>779.164</u>
Classificados no circulante - juros (apresentados como “Juros a pagar”)			11.932	15.810
Classificados no circulante - principal			188.800	49.731
Classificados no não circulante - principal			251.965	713.623

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(*) Cesta de moedas de Unidade Monetária do BNDES - UMBNDES reajustada trimestralmente, publicada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico Social - BNDES no Diário Oficial da União.

Para os empréstimos contratados em dólares norte-americanos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 2,08% e 10,13% ao ano.

Para os empréstimos contratados em reais, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 2,4% e 13,2% ao ano.

- (a) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas de determinados índices financeiros e/ou impõem certos limites à Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos.
- (b) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.
- (c) Esses empréstimos possuem como garantia equipamentos e hipoteca de segundo grau da unidade industrial de Bodoquena.
- (d) As garantias do financiamento são formadas por: (i) direito de receber todos e quaisquer valores que estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos do contrato de concessão; (ii) direito de vender a parcela da energia elétrica produzida pelo CESTE atribuída à Companhia; e (iii) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.
- (e) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement ("InterCement Participações S.A. - Consolidado") e a captação está garantida por aval da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, as cláusulas restritivas foram cumpridas. Em 28 de julho de 2014, a Companhia liquidou antecipadamente o empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A., no montante de US\$47.968, equivalente a R\$106.978.
- (f) Financiamento para compra de embalagens de sacos de cimento.
- (g) Linha de crédito para implantação de fábrica na cidade de Cezarina, estado de Goiás. Esses empréstimos exigem que a Companhia mantenha o saldo de contas a receber de clientes equivalente a no mínimo 20% do valor da dívida atualizada.

12.2. Controladas

Os saldos com instituições financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos obtidos pelas controladas e operadas em conjunto são como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Empréstimos em pesos argentinos (a)	Prefixada	Setembro de 2018	457.211	425.662
Empréstimos em dólares norte-americanos (US\$):				
BID (b)	LIBOR mais prefixada	Novembro de 2017	26.556	85.711
Itaú Unibanco S.A. - NY (c)	LIBOR mais prefixada	Julho de 2016	149.865	129.398
Outros empréstimos em dólares norte-americanos (d)	LIBOR mais prefixada	Agosto de 2021	312.320	262.936
Empréstimos em reais - Brasil (e)	TJLP mais prefixada	Outubro de 2018	<u>27.453</u>	<u>33.826</u>
Total			<u>973.405</u>	<u>937.533</u>
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			31.075	17.726
Classificados no circulante - principal			320.787	247.205
Classificados no não circulante - principal			621.545	672.602
Classificados no circulante - consolidado - juros (apresentados como "Juros a pagar")			43.007	33.536
Classificados no circulante - consolidado - principal			509.587	296.936
Classificados no não circulante - consolidado - principal			873.509	1.386.225

Para os empréstimos contratados em reais, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 8,13% e 9,13%.

Para os empréstimos contratados em dólares norte-americanos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 3,23% e 5,11%.

Para os empréstimos contratados em pesos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 28,49% e 29,22%.

- (a) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas de determinados índices financeiros e/ou impõem certos limites às controladas. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos.
- (b) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement (“InterCement Participações S.A. - Consolidado”) e a captação está garantida por aval da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as cláusulas restritivas foram cumpridas. Em novembro de 2014, a controlada Loma Negra liquidou parcialmente o referido empréstimo, no montante de R\$ 66.996.
- (c) As captações estão garantidas por aval da Companhia. A referida captação foi realizada para recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional (“medium-term notes”).
- (d) Esses empréstimos não possuem cláusulas restritivas, e estão garantidos por aval da Companhia. Em julho de 2014, a controlada Yguazu obteve novo empréstimo no montante de R\$11.079.
- (e) Esses contratos exigem o cumprimento de cláusulas restritivas de determinados índices financeiros e/ou impõem certos limites às controladas. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	25.385	349.931
2017	22.517	145.625
2018	27.955	78.870
2019	23.944	146.919
Após 2019	<u>152.164</u>	<u>152.164</u>
Total	<u>251.965</u>	<u>873.509</u>

13. DEBÊNTURES

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
			<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Debêntures (a)	115% da taxa DI	Abril de 2022	1.600.408	1.578.500	1.600.408	1.578.500
Debêntures (b)	115% da taxa DI	Agosto de 2022	1.254.532	1.244.977	1.254.532	1.244.977
Operada em conjunto BAESA (c)	100% da taxa DI +1,3% a.a.	Agosto de 2016	-	-	3.698	5.788
Gastos com emissão			<u>(7.622)</u>	<u>(9.197)</u>	<u>(7.637)</u>	<u>(9.222)</u>
Total			<u>2.847.318</u>	<u>2.814.280</u>	<u>2.851.001</u>	<u>2.820.043</u>
Classificados no circulante - juros (apresentados como “Juros a pagar”)			153.364	121.902	153.364	121.902
Classificados no circulante			-	-	2.135	2.151
Classificados no não circulante			2.693.954	2.692.378	2.695.503	2.695.990

- (a) Em 14 de março de 2012, a InterCement Brasil S.A. emitiu 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$10,00. Os juros são pagos anual e semestralmente, para a primeira e segunda séries, respectivamente.

As referidas debêntures estão garantidas por carta de fiança da Companhia e da InterCement Austria Equity Participation GmbH.

- (b) Em agosto de 2012, a CIMPOR emitiu 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 115% da taxa DI e serão pagas anualmente sendo o primeiro pagamento em 2017 e o último na data de vencimento em 21 de agosto de 2022. O saldo a pagar na data da incorporação da CIMPOR foi transferido para a Companhia.

- (c) Na escritura pública de debêntures estão previstas certas condições restritivas, como a manutenção do endividamento total máximo equivalente a 75% dos ativos totais, as quais requerem que a controlada indireta em conjunto mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos.

Condições restritivas

Os contratos da controladora exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement (“InterCement Participações S.A. - Consolidado”) e a captação está garantida por aval da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	-	1.555
2017	449.999	449.999
2018	449.999	449.999
2019	449.999	449.999
Após 2019	<u>1.350.003</u>	<u>1.350.003</u>
Total	2.700.000	2.701.555
(-) Amortização dos gastos com emissão	<u>(6.046)</u>	<u>(6.052)</u>
Total	<u>2.693.954</u>	<u>2.695.503</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício.

A provisão para riscos é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Trabalhistas e previdenciários	35.667	19.035	42.236	25.635
Tributários (a)	16.896	15.251	19.437	17.156
Cíveis e outros (b)	<u>8.443</u>	<u>22.126</u>	<u>14.270</u>	<u>29.090</u>
	61.006	56.412	75.943	71.881
Depósitos judiciais (c)	<u>(14.058)</u>	<u>(6.831)</u>	<u>(14.058)</u>	<u>(6.831)</u>
Total	<u>46.948</u>	<u>49.582</u>	<u>61.885</u>	<u>65.051</u>

- (a) Na controladora, referem-se substancialmente a autos de infração fiscal e ações judiciais relacionadas a: (i) discussão da base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos; (ii) discussão sobre a regularidade na compensação de débitos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS com créditos do Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, autorizada judicialmente; (iii) multa da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços - SUNAB - discussão sobre o auto de infração decorrente da alegação de infringência ao disposto nas Leis nº 7.784/89, nº 8.035/90 e nº 8.178/91; e (iv) discussão sobre a insuficiência de recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, relacionada à exigência de correção monetária sobre empréstimo compulsório à Eletrobrás, no exercício de 1982, ano-base 1981.
- (b) Na Controladora, refere-se principalmente a reclamações relacionadas a ações indenizatórias.
- (c) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Trabalhistas e previdenciários	12.389	5.705
Tributários	1.523	990
Cíveis e outras	<u>146</u>	<u>136</u>
Total	<u>14.058</u>	<u>6.831</u>

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R\$1.182.629 (R\$975.019 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$26.481 de contingências trabalhistas (R\$28.948 em 31 de dezembro de 2013), R\$1.069.167 de contingências tributárias (R\$935.880 em 31 de dezembro de 2013), R\$75.743 de contingências cíveis (R\$8.773 em 31 de dezembro de 2013) e R\$11.238 de processos administrativos de outras naturezas (R\$1.418 em 31 de dezembro de 2013), cuja chance de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.

Outros

A Companhia e outras empresas do setor são partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência, em trâmite perante o CADE, para os quais não há provisão em 31 de dezembro de 2014 e 2013, em razão de o prognóstico de perda ser considerado possível, em uma avaliação que considera as esferas administrativa e judicial, caso esta seja necessária.

Em 28 de maio de 2014, o CADE retomou o julgamento de processo administrativo iniciado em 2007 que apura formação de cartel contra a Companhia e outras empresas do setor e decidiu pela condenação dessas, aplicando multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada à Companhia corresponde a R\$539.520 (considerando R\$241.700 para a InterCement e R\$297.820 para a CCB-Cimpor), ficando a Companhia obrigada a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos de concreto nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias.

Em 11 de julho de 2014, a Companhia apresentou recurso administrativo de Embargos de Declaração em face da decisão proferida pelo CADE, o qual ainda está pendente de decisão.

Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a perda na esfera judicial é classificada como possível, a Companhia não constituiu provisão para essa contingência.

A movimentação das provisões para riscos é como segue:

	Controladora				Total
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.910	11.026	19.700	(4.598)	37.038
Constituição/depósito	1.204	429	70	(3.253)	(1.550)
Pagamento	(1.378)	(1.209)	-	1.804	(783)
Reversão	(181)	(18.844)	-	-	(19.024)
Atualização	3.424	369	735	(784)	3.745
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	<u>5.056</u>	<u>23.480</u>	<u>1.621</u>	<u>-</u>	<u>30.156</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	19.035	15.251	22.126	(6.831)	49.582
Constituição/depósito	16.516	1.587	4.367	(10.640)	11.831
Pagamento	(1.906)	-	-	-	(1.906)
Reversão	(9.070)	(4.491)	(16.729)	3.951	(26.340)
Atualização	<u>11.092</u>	<u>4.549</u>	<u>(1.321)</u>	<u>(538)</u>	<u>13.783</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>35.667</u>	<u>16.896</u>	<u>8.443</u>	<u>(14.058)</u>	<u>46.948</u>

	Consolidado				Total
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.706	11.026	32.905	(4.598)	56.039
Constituição/depósito	3.696	429	74	(3.253)	945
Pagamento	(3.931)	(1.242)	(859)	1.804	(4.228)
Reversão	(181)	(18.844)	-	-	(19.025)
Atualização	3.424	370	734	(783)	3.746
Variação Cambial	865	1.937	(5.385)	-	(2.582)
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	<u>5.056</u>	<u>23.480</u>	<u>1.621</u>	-	<u>30.156</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	25.635	17.156	29.090	(6.831)	65.051
Constituição/depósito	18.819	2.271	5.838	(10.640)	16.288
Pagamento	(2.365)	-	(1.248)	-	(3.613)
Reversão	(10.238)	(4.687)	(16.940)	3.951	(27.914)
Atualização	11.097	4.549	(1.321)	(538)	13.788
Variação cambial	<u>(713)</u>	<u>148</u>	<u>(1.149)</u>	-	<u>(1.714)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>42.236</u>	<u>19.437</u>	<u>14.270</u>	<u>(14.058)</u>	<u>61.885</u>

(*) Refere-se à parcela de provisão para riscos dos passivos identificáveis decorrentes da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

15. PROVISÃO PARA RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL

A movimentação da provisão para reconstituição ambiental é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	55.586	77.618
Utilização	(174)	(174)
Atualização	1.386	1.386
Variação cambial	-	(2.997)
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	<u>4.666</u>	<u>4.666</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	61.464	80.499
Utilização	(360)	(437)
Atualização	1.632	1.728
Variação cambial	-	<u>(2.233)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>62.736</u>	<u>79.557</u>

(*) Refere-se à parcela de provisão para reconstituição ambiental decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

16.1 Previdência privada

A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia contribuiu com o montante de R\$1.789 (R\$3.171 em 31 de dezembro de 2013).

16.2 Outros benefícios a empregados

São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2014 é de R\$59.011 na controladora (R\$60.186 em 31 de dezembro de 2013) e R\$ 66.315 no consolidado (R\$67.409 em 31 de dezembro de 2013).

17. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo e vendas e compras de produtos e serviços.

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são os seguintes:

[página intencionalmente deixada em branco]

	Controladora						
	Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante			
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Dividendos a receber	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos a pagar	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Operação controlada em conjunto- BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	-	-	4.027	-	-	-
Entidades sob controle comum:							
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	22	-	-	321	-	-	38
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	1.082	-	-	-	-	-	12
Cimpor Trading, S.A. (b)	-	-	-	30.536	-	-	-
Cimpor Inversiones, S.A.	-	-	-	1.263	-	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	-	-	4.262	-	-	-
Cimpor Financial Operations B.V. (e)	-	75	-	-	347.668	-	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A. (b)	-	-	-	624	-	-	-
Transviária Logística e Transportes Ltda. (b)	-	-	-	237	-	-	-
Controladas:							
CCCimentos Participações Ltda.	-	-	-	-	1.693	-	1.797
Loma Negra C.I.A. S.A. (b)	-	-	-	-	86.361	-	7.337
Holdtotal S.A. (d)	-	-	15.688	-	-	-	-
Controladora:							
Cauê Austria Holding GmbH	-	5.816	-	-	-	-	-
InterCement Austria Holding GmbH	-	4.781	-	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	-	735	-	-	-	-	-
Outras	187	-	-	-	-	591	82
Total em 2014	<u>1.291</u>	<u>11.407</u>	<u>15.688</u>	<u>41.270</u>	<u>435.722</u>	<u>591</u>	<u>9.266</u>
Total em 2013	<u>3.073</u>	<u>29.729</u>	<u>105.306</u>	<u>23.488</u>	<u>154.428</u>	<u>10.879</u>	<u>9.419</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

	Consolidado					
	Ativo circulante		Passivo circulante			
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos a pagar	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum:						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	22	-	321	-	-	38
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	1.082	-	-	-	-	12
Cimpor Trading, S.A. (b)	-	-	64.846	-	-	-
Cimpor Inversiones, S.A.	-	-	1.263	-	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	-	4.262	-	-	-
Cimpor Financial Operations B.V. (e)	-	75	-	347.667	-	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A. (b)	-	-	624	-	-	-
Controladora:						
Camargo Corrêa S.A.	-	283	1	-	-	1
Cauê Austria Holding GmbH	-	5.816	-	-	-	-
InterCement Austria Holding GmbH	-	4.781	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	-	735	-	-	-	-
Outras	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.009</u>	<u>81</u>
Total em 2014	<u>1.291</u>	<u>11.690</u>	<u>71.317</u>	<u>347.667</u>	<u>2.009</u>	<u>132</u>
Total em 2013	<u>2.518</u>	<u>30.046</u>	<u>52.924</u>	<u>60.843</u>	<u>12.647</u>	<u>1.084</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são como segue:

	Controladora		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Operação controlada em conjunto-			
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	40.000	-
Entidades sob controle comum:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	199	18.377	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	18.381	-	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	2.775	-	-
Betão Liz S.A. (b)	-	206	-
Cimpor Trading S.A. (b)	-	227.905	(11.197)
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	835	-
Cimpor Financial Operations B.V (e)	-	-	(53.734)
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A. (b)	-	2.406	250
Transviária Logística e Transportes Ltda. (b)	-	1.960	-
Controlada-			
Loma Negra C.I.A. S.A. (c)	-	-	(9.353)
Yguazu Cimentos S.A. (b)	634	-	-
Controladora:			
InterCement Austria Holding GmbH	-	-	(1.063)
Cauê Austria Holding GmbH	-	-	858
Camargo Corrêa S.A. (b)	-	2.487	-
Outras	94	72	-
Total em 2014	<u>22.083</u>	<u>294.248</u>	<u>(74.239)</u>
Total em 2013	<u>25.215</u>	<u>191.488</u>	<u>(26.784)</u>
	Consolidado		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	199	18.377	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	18.381	-	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	2.775	-	-
Betão Liz S.A. (b)	-	206	-
Cimpor Trading S.A. (b)	-	305.246	(11.197)
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	835	-
Cimpor Financial Operations B.V (e)	-	-	(53.734)
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A. (b)	-	2.406	250
InterCement Austria Holding GmbH	-	-	(1.063)
Controladora final:			
Cauê Austria Holding GmbH	-	-	858
Camargo Corrêa S.A. (b)	-	2.487	-
Outras	22	-	-
Total em 2014	<u>21.377</u>	<u>329.827</u>	<u>(64.886)</u>
Total em 2013	<u>25.215</u>	<u>163.473</u>	<u>(11.187)</u>

(a) Contrato de compra e venda de energia entre as empresas do Consórcio BAESA.

(b) Compra e venda de mercadorias e serviços.

- (c) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$32 milhões, sujeito a juros entre 3,0% e 3,9% ao ano, com vencimento do principal e juros em 27 de novembro de 2016 e 29 de julho de 2017.
- (d) Dividendos propostos e aprovados pelas controladas durante o exercício de 2013.
- (e) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$131 milhões, sujeito LIBOR mais juros entre 4,05% e 5,85% ao ano, com vencimento semestral de juros e vencimento do principal em 18 de fevereiro de 2021 e 25 de julho de 2024.

Remuneração dos administradores

a) Controladora

Em 2 de abril de 2014, o montante da remuneração de curto prazo do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários para o exercício de 2014 foi fixado em até R\$5.450, não incluídos encargos sociais, e acrescido de provisão para férias e benefícios de qualquer natureza, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.

Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão demonstrados a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Curto prazo:		
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (i)	4.478	4.089
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (ii)	594	2.290
Longo prazo (benefícios pós-emprego)-		
Previdência privada	<u>284</u>	<u>323</u>
Total da remuneração (sem encargos sociais)	5.356	6.702
Encargos sociais	<u>1.650</u>	<u>1.859</u>
Total da remuneração (com encargos sociais)	<u>7.006</u>	<u>8.561</u>

(i) Remuneração dos Diretores Estatutários.

(ii) Remuneração do Conselho de Administração.

b) Consolidado

O montante pago até 31 de dezembro de 2014 é de R\$16.923, sendo: (i) R\$16.329 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios; e (ii) R\$594 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada (R\$16.696 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, sendo R\$14.406 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios e R\$2.290 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social em 31 de dezembro de 2014 é representado por 3.943 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (3.943 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2013).

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no valor de R\$14.505, mediante a capitalização de reservas de incentivos fiscais do Estado do Mato Grosso do Sul.

Reservas de lucros

Correspondem à retenção de lucros para aplicação em projetos de investimentos, conforme orçamento a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e segundo o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia constituiu reserva de lucros no montante total de R\$219.682 (R\$146.823 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$47.970 destinados à incentivos fiscais e R\$171.712 para investimentos, que será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2015.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações.

	<u>Controladora</u> <u>2014</u>
Lucro do exercício	423.724
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	13.447
Constituição de reserva legal - 5%	<u>(21.859)</u>
Total	<u>415.312</u>
 Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	 103.828
 Proposta da Administração:	
Dividendos pagos referentes à antecipação do resultado de 2014	79.253
Juros sobre o capital próprio pagos referentes à antecipação do resultado de 2014	116.377
Constituição de reserva de lucros	219.682

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2014, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$95.977, correspondente aos lucros acumulados de exercícios anteriores.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2014, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$24.253 e juros sobre o capital próprio no montante de R\$49.847, referentes à antecipação dos resultados de 2014.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de novembro de 2014, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$58.926 e dividendos no montante de R\$55.000, correspondentes aos lucros acumulados de exercícios anteriores.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$7.604, referente à antecipação dos resultados de 2014.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	461.910	619.559	503.050	686.694
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(157.050)	(210.650)	(171.037)	(233.476)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	25.919	12.785	70	(215)
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	28.030	(1.918)	28.544	(26.487)
Compensação de prejuízo fiscal	19.510	13.071	19.510	13.080
Diferença de alíquotas para resultado no exterior	-	-	6.568	(822)
Juros sobre o capital próprio, líquidos	39.540	40.244	39.540	40.244
Outros	<u>5.865</u>	<u>(9.163)</u>	<u>3.766</u>	<u>(11.747)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(38.186)</u>	<u>(155.631)</u>	<u>(73.041)</u>	<u>(219.423)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(30.492)	(39.511)	(62.859)	(96.262)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(7.694)	(116.120)	(10.182)	(123.161)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas entre os livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização pelas controladas e controladas em conjunto.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
No ativo:				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	126.472	143.409	135.838	150.430
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21.486	19.840	26.705	25.248
Provisão para reconstituição ambiental	18.489	17.341	18.489	17.341
Programa de Integração Social - PIS e COFINS sobre receitas financeiras e outras receitas não operacionais (impostos parcelados)	22.977	20.142	22.977	20.142
Provisões para participação nos lucros	4.918	10.293	4.918	10.293
Provisões para serviços de terceiros	5.402	-	5.402	590
Variação cambial tributada pelo regime de caixa	-	8.361	-	7.477
Outras provisões temporárias	<u>16.660</u>	<u>3.195</u>	<u>19.964</u>	<u>3.273</u>
Total - ativo	<u>216.404</u>	<u>222.581</u>	<u>234.293</u>	<u>234.794</u>

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
No passivo:				
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	403.067	389.267	403.067	389.267
Varição cambial tributada no regime de caixa	3.759	-	3.759	-
Custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	3.257	1.218
Avaliação da vida útil do imobilizado (*)	80.551	74.329	155.821	154.968
Ajuste a valor presente - incentivo Fomentar	-	26.623	-	26.623
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	6.220	7.112	6.220	7.112
Outras provisões temporárias	<u>27.025</u>	<u>21.773</u>	<u>40.037</u>	<u>32.365</u>
Total - passivo	<u>520.622</u>	<u>519.104</u>	<u>612.161</u>	<u>611.553</u>
Total líquido classificado no passivo não circulante	<u>304.218</u>	<u>296.523</u>	<u>377.868</u>	<u>376.759</u>

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto no Decreto nº 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99).

Em 31 de dezembro de 2014, a expectativa de realização do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social é como segue:

	Controladora	Consolidado
2015	79.391	79.899
2016	47.081	50.720
2017	-	2.630
2018	-	1.315
Após 2018	-	<u>1.274</u>
Total	<u>126.472</u>	<u>135.838</u>

Essa expectativa de realização considera o histórico de lucratividade, as projeções de resultados tributáveis futuros e o prazo esperado para a reversão das diferenças temporárias.

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que revoga o Regime Tributário de Transição - RTT e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil quanto aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos dessa Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014. A Companhia não optou pela antecipação dos efeitos da Lei nº 12.973/14 para o ano-calendário 2014 devido a necessidade de adequação de lançamentos aos novos critérios estabelecidos pela referida lei, os quais dependiam de publicação pela RFB de atos normativos e regulatórios sobre a matéria. No melhor entendimento da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não são esperados impactos materiais quando da aplicação da referida Lei.

20. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Venda de produtos	4.167.062	3.721.502	6.060.949	5.641.720
Serviços prestados	644.235	720.084	760.167	828.785
Impostos sobre vendas	(1.125.919)	(1.029.791)	(1.169.899)	(1.073.033)
Abatimentos/descontos	<u>(33.964)</u>	<u>(16.639)</u>	<u>(133.505)</u>	<u>(139.363)</u>
Total	<u>3.651.414</u>	<u>3.395.156</u>	<u>5.517.712</u>	<u>5.258.109</u>

Na controladora, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, ICMS, PIS, COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS. No consolidado, incluem também o Imposto sobre Valor Agregado - IVA).

21. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Depreciação e amortização	(228.289)	(179.974)	(301.699)	(244.988)
Salários e benefícios a empregados	(301.939)	(304.759)	(614.999)	(625.506)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(921.995)	(845.294)	(1.257.936)	(1.166.866)
Despesas tributárias	(9.558)	(7.017)	(37.385)	(37.814)
Serviços de terceiros	(230.542)	(127.448)	(362.147)	(244.399)
Despesas com aluguel	(114.469)	(57.757)	(118.847)	(62.229)
Despesas com frete	(337.022)	(346.166)	(476.506)	(489.471)
Despesas com manutenção	(131.743)	(141.111)	(272.430)	(282.878)
Despesas com combustível	(302.072)	(257.700)	(526.147)	(472.812)
Despesas com eletricidade	(200.312)	(116.428)	(268.815)	(198.543)
Reversão (constituição) de provisão para riscos (b)	9.727	1.244	6.878	(67.790)
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (a)	34.456	51.663	35.018	51.686
Outras receitas (despesas)	<u>(203.293)</u>	<u>(199.429)</u>	<u>(267.022)</u>	<u>(201.718)</u>
Total	<u>(2.937.051)</u>	<u>(2.530.176)</u>	<u>(4.462.037)</u>	<u>(4.095.014)</u>
Custo das vendas e dos serviços	(2.776.351)	(2.482.837)	(4.173.136)	(3.861.584)
Despesas administrativas e comerciais	(218.675)	(139.223)	(345.709)	(274.756)
Outras receitas operacionais	<u>57.975</u>	<u>91.884</u>	<u>56.808</u>	<u>41.326</u>
Total	<u>(2.937.051)</u>	<u>(2.530.176)</u>	<u>(4.462.037)</u>	<u>(4.095.014)</u>

- (a) Em 2014, refere-se substancialmente a: (i) desapropriação de terreno pelo Poder Público, no valor de R\$16.370; e (ii) venda do Porto de Pelotas, no montante de R\$12.421.

Em 2013, refere-se substancialmente à venda dos direitos minerários da reserva localizada em Itupeva, no Estado de São Paulo, no montante de R\$30.000, com vencimento até 30 de novembro de 2015.

- (b) A controlada Holdtotal S.A. possuía, em 31 de dezembro de 2010, provisão para riscos cíveis no montante de R\$70.124, referente à multa aplicada pela Comissão Nacional de Defesa da Concorrência da Argentina (“CNDC”), por supostos atos praticados pela controlada Loma Negra, entre o período de 1º de julho de 1981 e 31 de agosto de 1999, que resultaram em infração à Lei de Defesa do Consumidor da Argentina. Em 9 de setembro de 2011, a CNDC declarou nula a infração aplicada à controlada Loma Negra; por esse motivo e tendo em conta a opinião de seus assessores jurídicos, a controlada reverteu a provisão para riscos cíveis que havia constituído no montante de R\$67.207.

A CNDC apelou dessa decisão e finalmente, em 7 de maio de 2013, a Corte Suprema de Justiça da Argentina confirmou a infração e, em 23 de maio de 2013, a controlada Loma Negra realizou o pagamento da multa no montante de R\$65.127.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Variação cambial:				
Receita com variação cambial	168.831	174.637	226.249	199.939
Despesa com variação cambial	(198.229)	(256.911)	(239.684)	(346.850)
Total	<u>(29.398)</u>	<u>(82.274)</u>	<u>(13.435)</u>	<u>(146.911)</u>
Receitas financeiras:				
Variação monetária	9.219	5.349	9.225	5.352
Rendimento financeiro	76.871	81.750	80.632	93.409
Juros ativos	9.115	6.009	10.451	6.009
Instrumentos financeiros derivativos	98.182	76.071	98.182	76.071
Outras receitas	<u>2.581</u>	<u>772</u>	<u>4.018</u>	<u>3.475</u>
Total	<u>195.968</u>	<u>169.951</u>	<u>202.508</u>	<u>184.316</u>
Despesas financeiras:				
Variação monetária	(26.859)	(18.945)	(29.279)	(18.945)
Despesa com juros e encargos	(351.574)	(284.135)	(564.017)	(385.769)
Despesa de multas	(669)	(116)	(669)	(116)
Instrumentos financeiros derivativos	(93.436)	(47.306)	(93.436)	(47.306)
Outras despesas	<u>(22.718)</u>	<u>(20.200)</u>	<u>(54.502)</u>	<u>(61.616)</u>
Total	<u>(495.256)</u>	<u>(370.702)</u>	<u>(741.903)</u>	<u>(513.752)</u>

23. COMPROMISSOS

a) Contratos de arrendamento como arrendatário

Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos no Brasil têm prazos de duração entre cinco e dez anos. A estimativa de pagamentos de aluguel, em valores nominais, é composta por:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Até 1 ano	11.181	9.674	13.137	11.361
De 1 a 5 anos	15.052	17.041	21.896	24.639
Mais de 5 anos	<u>6.659</u>	<u>9.828</u>	<u>6.658</u>	<u>9.828</u>
Total	<u>32.892</u>	<u>36.543</u>	<u>41.691</u>	<u>45.828</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi reconhecido o montante de R\$18.953 (R\$18.668 em 31 de dezembro de 2013) referente às despesas com operações de arrendamento mercantil operacional.

b) Contratos de compra

A Companhia possui acordo contratual para aquisição de escória bruta, com vigência até 2021 e correção anual pelo IGP-M, e compra de energia elétrica com vigência até 2020, cuja estimativa de desembolso total, em valores nominais, é conforme segue:

	2014
2015	46.127
2016	46.127
2017	46.127
2018	46.127
Após 2018	<u>138.383</u>
Total	<u>322.891</u>

24. RESULTADO POR AÇÃO

A seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro/prejuízo líquido por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Numerador básico e diluído-		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	423.724	463.928
Denominador básico e diluído-		
Média ponderada de ações	3.943	3.659
Lucro básico/diluído por ação ON (em reais)	107.462,34	126.790,93

25. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração.

26. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia forneceu garantia para:

- O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada indireta Loma Negra e o BID, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de até US\$125.000 mil, destinado à modernização e expansão de fábricas na Argentina.
- O Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch - IBBA em 26 de março de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Austria e o IBBA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de US\$750.000 mil, destinado a usos corporativos gerais.
- O Banco do Brasil S.A., London Branch - BB em 17 de fevereiro de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Austria e o BB, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €460.193 mil, destinado a usos corporativos gerais.
- O Banco Itaú - Unibanco S.A., New York Branch em 28 de julho de 2008, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada indireta Loma Negra e o Banco Itaú, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de até US\$55.212 mil; o montante garantido pela Companhia foi de US\$125.000 mil.
- A controlada Cauê Finance em 16 de julho de 2005, em decorrência do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a controlada Cauê Finance, cujo mútuo foi decorrente de “bonds” emitidos no exterior, no montante de US\$150.000 mil.

Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado (FINAME) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, no montante de R\$44.116.

A Companhia recebeu garantias para os seguintes financiamentos:

- Os destinados à implantação da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito - CESTE) estão garantidos por penhor de direitos emergentes da concessão e fiança da Camargo Corrêa S.A., no montante de R\$169.729.
- O contraído em 6 de agosto de 2009, com a finalidade de expansão e aumento de capacidade das unidades de Apiaí, Bodoquena, Ijaci e Pedro Leopoldo, está garantido por fiança da Camargo Corrêa S.A., no montante de R\$123.508.

- Para a venda de direitos minerários da reserva localizada em Itupeva, no Estado de São Paulo, no valor de R\$30.000, com vencimento até dezembro de 2015. A referida operação foi garantida por fiança bancária do Banco Bradesco.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

27.1 Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos deduzidos por caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulantes) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras).

27.2 Administração dos riscos financeiros

A Diretoria de Tesouraria Corporativa do Grupo gerencia os riscos financeiros para as subsidiárias integrais, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros e monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, tais como riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e de liquidez.

27.3 Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativos financeiros - custo amortizado:				
Caixa e bancos	43.768	71.619	73.636	127.009
Aplicações financeiras - ativo financeiro	5.933	15.326	78.011	124.964
Contas a receber de clientes	199.088	272.243	343.765	393.883
Partes relacionadas		-	-	-
Outros créditos - instrumentos financeiros	79.380	30.873	79.380	30.873
Valor justo por meio do resultado- Fundos exclusivos	832.727	976.826	833.771	977.785
Passivos financeiros - custo amortizado:				
Debêntures	2.847.318	2.814.280	2.851.001	2.820.043
Empréstimos e financiamentos	452.697	779.164	1.426.102	1.716.697
Fornecedores	236.638	187.269	548.963	485.798
Partes relacionadas	435.722	154.428	347.667	60.843

27.4 Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira, principalmente dólar norte-americano e peso argentino, e seus resultados podem ser significativamente afetados pela variação das taxas de câmbio.

Os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	30	15	16.766	1.676
Dividendos a receber	15.688	105.306	-	-
Contas a receber	24	582	714	134
Outros créditos	11.507	16.734	11.507	16.734
Estoque - adiantamento a fornecedores	375	12.827	375	12.827
Imobilizado- adiantamento a fornecedores	<u>341.854</u>	<u>161.789</u>	<u>341.854</u>	<u>161.789</u>
Ativo exposto	<u>369.480</u>	<u>297.253</u>	<u>371.217</u>	<u>193.160</u>
Passivo:				
Juros, empréstimos, financiamentos e debêntures	123.423	421.082	612.164	454.216
Mútuo com partes relacionadas	441.506	160.149	347.668	59.554
Fornecedores no exterior	<u>23.015</u>	<u>23.025</u>	<u>89.861</u>	<u>31.781</u>
Passivo exposto	<u>587.944</u>	<u>604.256</u>	<u>1.049.693</u>	<u>545.551</u>

Derivativos

Com relação às operações com derivativos, a perda ou o ganho registrado, considerando os valores contábeis e de mercado, está assim demonstrado em 31 de dezembro de 2014:

<u>Operação</u>	Valor de mercado			Efeito acumulado ganho (perda)
	Valor nacional	Posição ativa	Posição passiva	
“Swap” - dólar norte- -americano versus CDI	<u>440.840</u>	<u>535.986</u>	<u>456.604</u>	(4.746)
Total	<u>440.840</u>	<u>535.986</u>	<u>456.604</u>	(4.746)

27.5 Valores de mercado

Na Companhia e em suas controladas, os empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros classificados como custo amortizado aproximam-se dos valores de mercado, mesmo aqueles contabilizados no não circulante, com exceção das debêntures, do empréstimo “medium-term notes” e do empréstimo com o BID, conforme segue:

	Controladora			
	2014		2013	
	Valor justo	Valor contabilizado	Valor justo	Valor contabilizado
Empréstimos	120.555	120.263	106.736	106.089
Debêntures	2.812.625	2.847.318	2.774.380	2.814.280

	Consolidado			
	2014		2013	
	Valor justo	Valor contabilizado	Valor justo	Valor contabilizado
Empréstimos	389.295	388.470	415.039	427.371
Debêntures	2.812.625	2.847.318	2.774.380	2.814.280

27.6 Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, do CDI, da LIBOR, do IPCA e da TJLP nos empréstimos e nas debêntures.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo:				
CDI	237.395	818.555	239.414	926.163
SELIC	<u>69.101</u>	<u>160.536</u>	<u>71.992</u>	<u>163.525</u>
Total do ativo	<u>306.496</u>	<u>979.091</u>	<u>311.406</u>	<u>1.089.688</u>
Passivo:				
IGP-M	8.487	-	31.270	22.519
CDI	2.968.879	2.923.188	2.972.562	2.928.976
IPCA	232	1.522	233	1.522
TJLP	189.631	221.198	217.083	255.025
LIBOR	<u>223.308</u>	<u>308.860</u>	<u>376.402</u>	<u>786.905</u>
Total do passivo	<u>3.390.536</u>	<u>3.454.768</u>	<u>3.597.550</u>	<u>3.994.947</u>

27.7 Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

27.8 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e daqueles expostos a variações do IGP-M, do CDI, do IPCA e da TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
<u>Exposição ao risco cambial</u>							
Derivativos	Valorização do real	(38.712)	(26.343)	(3.023)	(38.712)	(26.343)	(3.023)
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	Valorização do real	3	2	1	1.643	1.233	822
Contas a receber de clientes	Valorização do real	2	2	1	70	52	35
Dividendos a receber	Valorização do real	1.534	1.151	767	-	-	-
Outros créditos	Valorização do real	1.125	844	563	1.125	844	563
Estoques - adiantamento a fornecedores	Valorização do real	37	28	18	37	28	18
Imobilizado - adiantamento a fornecedores	Valorização do real	34.560	25.920	17.280	33.434	25.076	16.717
Passivo:							
Juros, empréstimos e financiamentos	Desvalorização do real	12.071	15.089	18.107	59.808	74.760	89.712
Mútuo com partes relacionadas	Desvalorização do real	43.181	53.976	64.771	34.003	42.504	51.004
Fornecedores no exterior	Desvalorização do real	2.251	2.814	3.376	8.789	10.986	13.183
<u>Exposição a índices variáveis</u>							
Derivativos	Aumento do índice	-	-	-	(135)	(115)	(80)
Aplicações financeiras:							
CDI	Queda do índice	29.983	22.487	14.992	30.238	22.678	15.119
SELIC	Queda do índice	8.195	6.147	4.098	9.388	7.041	4.694
Empréstimos e debêntures:							
IGP-M	Aumento do índice	385	481	577	1.417	1.772	2.126
CDI	Aumento do índice	374.969	468.712	562.454	375.435	469.293	563.152
LIBOR	Aumento do índice	1.405	1.756	2.107	2.368	2.959	3.551
TJLP	Aumento do índice	9.482	11.852	14.222	10.854	13.568	16.281
IPCA	Aumento do índice	17	21	25	17	21	25

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das referidas operações. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Capitalização de juros	22.722	9.084	22.722	9.084
Aquisição de imobilizado por meio de financiamento	9.851	6.625	9.851	6.625
Vendas de imobilizado que serão recebidas futuramente	27.079	29.144	27.079	29.144

29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2015, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.